

CONTROLE INTERNO

The background features a blue gradient with a large, semi-transparent circle. Inside the circle, there are faint silhouettes of people, some standing and some sitting, arranged in a group. A banner with the text "Município forte. Brasil forte." is also visible within the circle.

- **PAINEL:** O CONTROLE INTERNO COMO INSTRUMENTO PARA A MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA E APOIO AO CONTROLE EXTERNO

Controle Interno



- **“O CONTROLE INTERNO É SINÔNIMO DE SEGURANÇA DO AGENTE POLÍTICO E DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.”**

Controle Interno



- **ART.31 DA CF/88:**
- “A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.”

- Idéia Gerada —————> Fiscalização Denuncista

- Antes de órgão fiscalizador, é uma instituição de cunho eminentemente preventivo.

Oferece ao Gestor Público



1. A informação permanente da legalidade de todos os atos de administração;
2. Do cumprimento de todas as diretrizes e metas ou do risco de não conseguir atingi-las;
3. Possibilita a correção de rumos para assegurar a coerente execução orçamentária e a necessária compatibilização entre receitas e despesas;
4. Assegura o cumprimento real da função pública de gestor dos negócios da sua municipalidade, que lhe foi confiado pelo eleitor nas urnas.

Sistema de Controle Interno no Município



- O conjunto de todas as ações e práticas de verificação do cumprimento dos objetivos e metas da administração pública, obedecendo aos princípios fundamentais para ela estabelecidos na Constituição Federal e que são: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Regra Básica



- O cumprimento de todas as metas administrativas precisam fundamentalmente estar legalmente embasadas; voltar-se para a satisfação do bem comum; condicionar-se de acordo com a escala valorativa da sociedade em que a gestão está inserida; ser de conhecimento público e desenvolver-se de forma a cumprir os objetivos, utilizando os recursos físicos, humanos e financeiros racionalmente, visando um maior aproveitamento, com menor dispêndio.

Controle Interno, não é Novidade



- Desde 1964, quando da edição da Lei 4320, apresenta-se o Controle Interno como peça importante na gestão dos recursos e na verificação dos atos da administração pública.
- O Capítulo II da Lei, trata do Controle Interno e em seus arts. estabelece:
- “Art. 75. O controle da execução orçamentária compreenderá:
 - I – a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações;
 - II – a fidelidade funcional dos agentes da administração responsáveis por bens e valores públicos; e
 - III – o cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços .”
- “Art. 76. O Poder Executivo exercerá os três tipos de controle a que se refere o artigo 75, sem prejuízo das atribuições do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.”

A Constituição de 1967



- “Art. 71- O Poder Executivo manterá sistema de controle interno a fim de:
 - I - criar condições indispensáveis para assegurar eficácia ao controle externo e regularidade à realização da receita e da despesa;
 - II - acompanhar a execução de programas de trabalho e a do orçamento, e
 - III - avaliar os resultados alcançados pelos administradores e verificar a execução dos contratos.”

A Constituição de 1988



- “Art. 31- A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.”
- “Art. 70- A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
- Parágrafo único- Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.”

A Constituição de 1988



- “Art. 74- Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:
 - I – avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;
 - II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
 - III – exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;
 - IV – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- § 1º- Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.
- § 2º - Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.”

Lei Complementar 101-00



- A Lei Complementar 101-00, vem atribuir ao órgão de Controle Interno do ente federativo, a responsabilidade de atuar diretamente no cumprimento da lei e de responsabilizar-se juntamente com o gestor, pelas informações prestadas no relatório de gestão fiscal.
- “Art. 54- Ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20, Relatório de Gestão Fiscal, assinado pelo:
 - I – Chefe do Poder Executivo;
 - II – Presidente e demais membros da Mesa Diretora ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Legislativo;
 - III ..
- **Parágrafo único-** O Relatório também será assinado pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras definidas por ato próprio de cada Poder ou órgão referido no art. 20.”

Implantação do Sistema de Controle Interno



- 1º - Vontade política, com um correto entendimento da importância e necessidade de funcionamento do Sistema;
- 2º - Estrutura organizacional perfeitamente definida na Estrutura Administrativa do Ente Público;
- 3º - Recursos Humanos plenamente integrados na Estrutura do Ente e qualificados para o exercício das funções de controle que deverão desempenhar.

Implantação do Sistema de Controle Interno



- A implantação dos Sistemas de Controle Interno, além da exigência Constitucional e agora da Lei Complementar de Gestão Fiscal, permite aos prefeitos, o acompanhamento do desenvolvimento dos serviços públicos, da correta aplicação dos recursos e da obrigatória preservação do patrimônio público e ainda garantem a transparência das contas públicas.
- Como órgão que atua junto ao administrador, deverá alertá-lo sobre eventuais falhas que estejam ocorrendo ou para ocorrer, possibilitando que ações sejam implementadas a tempo de corrigir rumos ou imperfeições.

Implantação do Sistema de Controle Interno



- O Controle Interno é responsável pela fiscalização preventiva, contínua e exaustiva, impedindo erros involuntários, desperdícios e atos que possam comprometer uma gestão bem intencionada.

Implantação do Sistema de Controle Interno



- A Lei Complementar nº 101/00 **que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal**, considera indispensável a atuação do Sistema de Controle Interno no Município:
 - I - Nos pressupostos da Lei, atuando como elemento fiscalizador do cumprimento da mesma na esfera interna da administração do ente.
 - II - Na avaliação do cumprimento das metas estabelecidas nos Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.
 - III - Quando da verificação dos demonstrativos; nas verificações do cumprimento de metas; na apresentação das contas do Chefe do Poder Executivo ao Poder Legislativo.
 - IV - O Relatório de Gestão Fiscal, terá além de outras assinaturas de autoridades administrativas, também a do responsável pelo Controle Interno (art.54 da LCRF).
 - V - O Controle Interno Municipal, atuará ainda, como órgão auxiliar do Poder Legislativo na fiscalização das normas da Lei Complementar de Responsabilidade na Gestão Fiscal (art.59 da LCRF).

A Ação de Controle



- Em um SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, é indispensável que cada uma das Unidades cumpra plenamente com seu papel para não prejudicar a outra, ou via de consequência, o todo. Além do bom funcionamento das partes do sistema, é indispensável que as tarefas administrativas sejam distribuídas de forma a não permitir que nenhuma unidade ou pessoa controle as suas próprias ações.
- A isto se chama SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES

Objetivos Básicos do Controle



- Promover a eficiência e economia nas operações;
- Proteger os recursos contra desperdícios ou perdas indevidas;
- Assegurar a precisão e confiabilidade das informações internas;
- Atingir o cumprimento das metas e objetivos programados.

Competências



1. Normatizar, sistematizar e padronizar os procedimentos operacionais dos órgãos e unidades do Poder Executivo Municipal;
2. Instituir e manter sistema de informações para o exercício das atividades finalísticas do Sistema de Controle Interno;
3. Avaliar o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

Competências



4. Avaliar a execução orçamentária e sinalizar os possíveis desvios;
5. Fiscalizar e avaliar a execução dos programas de governo, inclusive as ações descentralizadas realizadas com recursos originários dos orçamentos da União e do Estado, no que se refere ao nível de execução das metas e dos objetivos estabelecidos e quanto à qualidade do gerenciamento;
6. Realizar auditorias sobre a gestão dos recursos públicos federais e estaduais sob a responsabilidade de órgãos da administração municipal;
7. Realizar auditorias e fiscalizações nos sistemas contábil, financeiro, orçamentário, de pessoal e demais sistemas administrativos operacionais;

Competências



8. Manter atualizado o cadastro com os dados de identificação dos gestores públicos municipais, a fim de subsidiar a constituição do rol de responsáveis;
9. Verificar a consistência dos dados contidos no Relatório de Gestão Fiscal, conforme o estabelecido no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
10. Verificar a observância dos limites e das condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar;
11. Verificar e avaliar a adoção de medidas para o retorno da despesa total com pessoal ao limite de que tratam os arts. 22 e 23 da Lei Complementar 101/00;

Competências



12. Verificar a adoção de providências para a recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos limites de que trata o art. 31 da lei Complementar 101/00;
13. Verificar a destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as da Lei Complementar 101/00;
14. Elaborar a prestação de contas anual do Prefeito Municipal, a ser encaminhada ao Tribunal de Contas e à Câmara Municipal de acordo com o que disciplina a Lei Orgânica do Município;
15. Verificar a Constitucionalidade das leis municipais e quando for o caso alertar o gestor para providências cabíveis;

Competências



16. Verificar todas as práticas desenvolvidas na admissão de servidores públicos, principalmente no que concerne à legalidade, publicidade, moralidade, impessoalidade e eficiência;
17. Verificar o desenvolvimento dos processos licitatórios e o cumprimento das diretrizes da Lei 8.666/93, bem como de todos os princípios da administração pública;
18. Realizar auditorias e fiscalização dos controles do patrimônio público e da organização e procedimentos adotados no almoxarifado;

Competências



19. Verificar o cumprimento dos procedimentos legais relativos à dívida ativa e cobrança efetiva dos tributos de competência do Ente Público Município;
20. Orientar os administradores de bens e recursos públicos nos assuntos pertinentes à forma de aplicação e prestação de contas destes;
21. Realizar auditoria e fiscalização da execução de convênios, acordos, contratos e outros instrumentos similares realizados pelo Poder Executivo Municipal;
22. Acompanhar a implementação, pelos órgãos e unidades do Poder Executivo Municipal, dos procedimentos e recomendações do órgão de controle interno, visando a efetiva atuação do Sistema;

Competências



23. Apurar os atos ou fatos inquinados de ilegalidade ou irregularidade, praticados por agentes públicos, na utilização de recursos públicos, dando ciência destes ao Chefe do Poder Executivo, recomendando a instauração do competente processo administrativo e acompanhar o seu desenrolar e conclusão;
24. Encaminhar ao Prefeito Municipal, sob pena de responsabilidade, no prazo definido na lei municipal, a descrição e levantamento de todos os fatos irregulares que os integrantes do órgão venham a tomar conhecimento, recomendando sempre a apuração dos mesmos.

São Sujeitos de Controle na Esfera Municipal



1. Os sistemas administrativos e operacionais utilizados na gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional e de pessoal;
2. A execução dos planos, programas, projetos e atividades que envolvam aplicação de recursos públicos;
3. A aplicação dos recursos do erário Municipal transferidos a entidades públicas ou privadas;

São Sujeitos de Controle na Esfera Municipal



4. Os contratos firmados por gestores públicos com entidades públicas ou privadas para prestação de serviços, execução de obras e fornecimento de materiais;
5. Os processos de licitação, sua dispensa ou inexigibilidade;
6. Os instrumentos e sistemas de guarda e conservação dos bens e do patrimônio público municipal;

São Sujeitos de Controle na Esfera Municipal



7. Os atos administrativos que resultem direitos e obrigações para o Poder Público Municipal, em especial, os relacionados com a contratação de empréstimos internos ou externos, assunção de dívidas, securitizações e concessão de avais;
8. A arrecadação, a restituição e as renúncias de receitas de tributos da competência do Município;
9. Os sistemas eletrônicos de processamento de dados, suas informações de entrada e saída, objetivando constatar: a) segurança física do ambiente e das instalações do centro de processamento de dados; b) segurança lógica e a confidencialidade nos sistemas desenvolvidos em computadores de diversos portes; c) eficácia dos serviços prestados pela área de informática; d) eficiência na utilização dos diversos computadores existentes na entidade;

São Sujeitos de Controle na Esfera Municipal



10. Verificação do cumprimento da legislação pertinente;
11. Os processos de sindicância, inquéritos administrativos e outros atos administrativos de caráter apuratório, bem como as tomadas de contas, se houverem.
12. Os processos de admissão e desligamento de pessoal e os de concessão de aposentadoria, reforma e pensão;
13. Os projetos de cooperação técnica com organismos nacionais ou internacionais e os projetos de financiamento ou doação de quaisquer organismos ou entidades nacionais ou internacionais.

Mais Informações



Elena Garrido

(61) 2101-6010

elena.garrido@cnm.org.br

www.cnm.org.br